



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Processo organizativo do comitê Gênero no território do Piemonte da Borborema, Paraíba

Área temática: Trabalho

Autores: Priscila Sousa Pereira¹;

Amanda Christinne Nascimento Marques²; Rute Vieira³;

Tarciso Botelho Pereira Filho⁴;

Maria Loudes Saturnino Gomes⁵;

1Graduanda na Universidade Federal Da Paraíba (UFPB); Licenciatura em Ciências Agrárias; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq- Email: priscilasousa.net@hotmail.com

2Prof^a. Dr^a. Universidade Federal da Paraíba, Campus III. Coordenadora do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET/Piemonte da Borborema- Email: amandamarques.geografia@gmail.com

3Geógrafa; Assessora de gestão social no Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial- NEDET Piemonte da Borborema; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq- Email: rutgeoufpb@gmail.com

4Agrônomo Assessor de gestão produtiva no Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial- NEDET Piemonte da Borborema; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq- Email: tarcisobotelho@live.com

5Tecnóloga em Agroecologia Colaboradora no Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial- NEDET Piemonte da Borborema- Email: sou.lourdesgomes@gmail.com

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Resumo: Este artigo tem como propósito, apresentar os resultados do trabalho executado pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Piemonte da Borborema – NEDET, em que relataremos o processo de criação do comitê setorial de Gênero formado no ano de 2016. Este comitê busca promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual com vistas à discussão das políticas públicas destinadas para as mulheres, tendo em vista que as mesmas participam dos editais publicados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres - SPM. O Território é formado por vinte municípios do agreste paraibano, sendo eles: Araruna, Riachão, Campo de Santana, Dona Inês, Bananeiras, Logradouro, Caiçara, Belém, Serra da Raiz. Lagoa de Dentro, Duas Estradas, Sertãozinho, Pirpirituba, Guarabira, Araçagi, Cuitegi, Pilõezinhos, Alagoinha, Mulungu e Alagoa Grande. Tem como função promover o desenvolvimento territorial sustentável por meio de políticas públicas destinadas a região. As decisões do Território são tomadas pelo Colegiado através de plenárias, que são compostas pela sociedade civil organizada e o governo. O NEDET assessorou o processo de construção e aprovação deste comitê junto ao colegiado para desenvolver os eixos temáticos. Participaram desta atividade formativa 15 mulheres e 02 homens de municípios do território. Diante das discussões, foram aprovadas propostas para a formação política destes membros, assim como a necessidade de debates inerentes ao controle social, políticas públicas e incidência política. Como encaminhamento de pauta, as mulheres e homens do comitê avaliaram que a criação de um espaço de interlocução para se trabalhar temas como gênero e classe são fundamentais para o desenvolvimento de uma política territorial. Desse modo, atuamos no sentido de fortalecer a construção da igualdade de gênero, por meio da interlocução entre instâncias públicas e sociedade civil.

Palavras chave: Gênero; Território; Políticas públicas

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



1. Introdução

O referido artigo tem como propósito apresentar os resultados das atividades de extensão e pesquisa realizadas pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). Nosso propósito é discutir a importância da criação do comitê de gênero dentro da política territorial promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

O conceito de Gênero deve ser avaliado sob um prisma social que remete para as diferenças existentes entre homens e mulheres. Diferenças essas não de caráter biológico, mas resultantes do processo de socialização. Desse modo Almeida (2006) avalia que o conceito de gênero é descrito como um conjunto de qualidades e de comportamentos que as sociedades esperam dos homens e das mulheres, formando a sua identidade social.

A igualdade de gênero, significa equidade de direitos e liberdades que oportunizam a participação, reconhecimento e valorização do seu papel social em todos os domínios da sociedade, sejam eles de caráter político, econômico, laboral, pessoal e/ou familiar. O autor a seguir, faz um relato sobre alteridade e necessidade do estabelecimento de relações simétricas entre homens e mulheres:

A luta pela igualdade integral obscurecia as diferenças, homogeneizando os sujeitos coletivos. Disso resultam inúmeras crenças que colocam homens e mulheres como opositores e não como parceiros, esquecendo que as relações entre os sexos devem ser mensuradas em termos de alteridade, a relação com o outro e não contra o outro (ALMEIDA, 2006, p. 97).

A busca por essa igualdade vem sendo discutida historicamente. Para Pierucci (1990) se trata de uma ideologia construída desde os primórdios, em que as mulheres eram tratadas como uma espécie inferior. Atualmente, nos dizeres deste autor, a construção da igualdade tem se colocado de maneira mais difícil, sobretudo pela herança cultural e histórica de machismo e ideologias de superioridade construída nas relações homem/mulher.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Para Sposito (2001 p. 07-33), a ausência de um modelo conceitual sobre esses conteúdos na instituição escolar e seus aspectos estruturais na escola, como o currículo, os livros didáticos e a formação dos professores, são alguns fatores capazes de contribuir para a ocorrência dessas concepções tradicionais.

Avaliamos que a educação se coloca como porta de conhecimento para a conscientização nestes assuntos. Além disso, alguns educadores, mais antigos não tiveram uma formação interdisciplinar sobre estes devidos temas.

Corroborando com as palavras desse autor, quando fala da necessidade se construir uma formação social no campo das relações, entendemos que as políticas públicas de gênero é o primeiro passo para discuti-las é esclarecer os marcos em que elas se tornam possíveis.

É necessário reconhecer o terreno, os limites e os desafios para alcançá-las a fim de estabelecer novas pautas políticas, elaborando estratégias para identificar e articular os sujeitos capazes de sustentá-las, demandá-las, articulá-las no interior da máquina do Estado em seus diferentes níveis: federal, estadual e municipal. Para Souza (1994, p.20) “propor políticas públicas de gênero exige estabelecer o sentido das mudanças, se as pretendemos com um caráter emancipatório”.

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no conjunto das relações sociais, pressupõem-se práticas de cidadania para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de primar pela equidade.

A participação das mulheres na formulação, implementação e avaliação no controle social das políticas públicas, devem ser garantidos pelo Estado brasileiro como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres. A Secretaria de Políticas para Mulheres, cuja atuação é guiada pelo compromisso de combater as desigualdades de gênero, tem enfrentado o desafio de promover o fortalecimento e a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão de forma ampla, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão tem diversas causas. Portanto, as mudanças devem ser promovidas em variadas esferas sociais: culturais, educacionais, legislativas e institucionais.

Considerando importância do debate de gênero como forma de combater os índices de violência¹, criar debates sobre equidade e empoderá-las no âmbito das políticas

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

públicas formamos um comitê setorial específico para tratar sobre essas questões. Este comitê busca promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual com vistas à discussão das políticas públicas destinadas para as mulheres, tendo em vista que as mesmas participam dos editais publicados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretária de Políticas Públicas para

as Mulheres - SPM.

2. Material e Metodologia

Como princípio organizativo de criação do comitê de gênero, realizamos roda de diálogo com as participantes da oficina de sensibilização. A debatedora iniciou a oficina com o curta metragem intitulado: “Vida Maria”, em que mostrava a reprodução da cultura que é passada de mãe para filha. O documentário demonstra que Maria era uma menina que não estudava, porque sua mãe demandava sua ajuda nos serviços domésticos da casa. A mesma forma de educação familiar tida por Maria é reproduzida em sua vida adulta. O que denotou um ciclo de reprodução de um comportamento socialmente sexista e autoritário, fruto de uma prática machista reproduzida historicamente pela sociedade que é vista no curta exibido.

Após exibição, os participantes da oficina ficaram em círculo onde a moderadora iniciou as discussões e através disto houve uma troca de experiências vividas entre as mesmas onde explicitaram suas próprias vidas.

O diálogo favoreceu o debate sobre temas relacionados à participação social, empoderamento, relações de trabalho. Além da sensibilização sobre a importância de criação do comitê de mulheres no Território do Piemonte da Borborema.

1 Em se tratando do exercício da cidadania, o SPM contabilizou os índices de violência contra a mulher e o preconceito com relação à sexualidade, em que grande maioria dos casos de violência contra a mulher se dão no âmbito da casa, e o marido, é o principal agressor.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



3. Resultados e Discussões

Após as discussões foi formado o comitê de gênero composto por quinze mulheres e dois homens que estavam na roda de debate. Diante disto foram construídas propostas para o comitê e alguns encaminhamentos aprovados pela assembleia. Ver figuras 1 e 2 a seguir:



Figura 1. Roda de diálogo do Comitê de Gênero. Fonte: Acervo NEDET, 2016.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Figura 2. Roda de diálogo do Comitê de Gênero. Fonte: Acervo NEDET, 2016.

Algumas mulheres colocaram a importância desse espaço de interlocução,

Eu acho de extrema importância, porque faz um esclarecimento dentro do território dos municípios levando uma frente de esclarecimento quanto as políticas públicas. Quanto a seu papel de empoderamento das mulheres e o que ela deve fazer para conseguir o empoderamento dentro do território. (Entrevista concedida por Janaina Ferreira Muniz- Diaconisa do ministério de Madureira; segunda secretária do campo Paraíba e Rio Grande Do Norte/ Gestora de economia solidária e gestora da educação do município de Dona Inês-PB).

Outras mulheres relataram terem sofrido diferentes tipos violência, desde a doméstica até no âmbito de suas relações de trabalho:

Já sofri violência psicológica e preconceito por ser mulher dentro da religião. Dentro do território por ser gestora, está gestora. Conheço também dentro do meu município e do território as mulheres que sofrem espaçamentos, violência psicológica que não tenha coragem de buscar 0800 para denunciar. (Entrevista concedida por Janaina Ferreira Muniz- Diaconisa do ministério de Madureira; segunda secretária do campo Paraíba e Rio Grande Do Norte/ Gestora de economia solidária e gestora da educação do município de Dona Inês-PB).

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



A entrevista a seguir mesmo não tendo sofrido violência de gênero relata conhecer mulheres que já sofreram algum tipo de agressão. Chama atenção para o fato do preconceito com relação à homobófia e salienta conhecer algumas políticas para as mulheres.

Nunca sofri violência, mas tenho conhecimento de violências homofóbicas e agressões contra o gênero feminino e conheço alguma políticas de apoio as mulheres como as de apoio a juventude e discriminação (Entrevista concedida por Ana Paula Pereira Do Nascimento- Residente no assentamento dos pequenos agricultores da serra Jurema- Pirpirituba-PB).

Como resultados dos debates realizados estabeleceram linhas de ação para o comitê, sendo eles:

No âmbito da formação política as mulheres reivindicaram a realização de formação sobre diferentes temas: desigualdade de gênero, políticas públicas voltadas às mulheres, feminismo, participação nos espaços de poder como Câmaras Municipais, Assembleias, associações de moradores, sindicato de trabalhadores, conselhos temáticos, etc.

Propuseram formação com gestores/as que irão participar do comitê, bem como ter autonomia e construir coletivamente propostas para a sustentabilidade.

A partir do eixo controle social, políticas públicas e incidência política, foi proposto:

- 1 Mapear os mecanismos de proteção às vítimas de violência, bem como outros mecanismos de atendimentos às mulheres nos municípios do território;
- 2 Contribuir para o fortalecimento e criação de mecanismos de políticas públicas para as mulheres nos municípios do território;
- 3 Participar das plenárias do Orçamento Participativo Municipal e ou Estadual;
- 4 Participar dos debates nas câmaras de vereadores e assembleias legislativas sobre os temas específicos das mulheres;
- 5 Acesso às políticas públicas existentes voltadas as mulheres.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Por meio destas temáticas e linha de ação elaboramos uma agenda bem como, criamos um grupo no whatsapp para discussão e compartilhamento de notícias referente a políticas públicas para as mulheres.

4. Conclusão

Consideramos que o comitê tem o propósito de fortalecer a construção da igualdade de gênero, por meio da interlocução entre instâncias públicas e sociedade civil. Desse modo, o trabalho de extensão realizado pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET tem atuado no enfrentamento da desigualdade de gênero, ao tempo em que atua na difusão, debate político e interlocução no trato das políticas públicas no âmbito do território do Piemonte da Borborema.

5. Referências

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. Tempo Social. São Paulo: USP, v. 2, n. 2, p. 07-33, 1990.

FRANÇA, F.F.; FELIPE, D.A.; CALSA, G.C gênero, sexualidade e meios de comunicação: uma abordagem crítica desses conceitos na educação- Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas jan./jun.2008, v. 13, n. 1, p. 37-53. Disponível: <http://periodicos.unicesumar.edu.br> Acessado em: 10/05/2016

ALMEIDA, J. S. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 1994.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Governo Federal Secretária de políticas públicas para mulheres Disponível em:
<http://www.spm.gov.br/> acessado em 15/05/2016.

Caritas Porque é importante falar em igualdade de gênero actualmente?Disponivel
em:<http://www.cite.gov.pt/> Acessado em 12/05/2016.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio: